

PROCESSO N° : 2019 30550 000147

UNIDADE GESTORA : 30550 – Secretaria da Saúde do Estado do Tocantins

EXERCÍCIO FINANCEIRO : 2018

ASSUNTO : Prestação de Contas Anual

TIPO DE AUDITORIA : Avaliação da Gestão

RELATÓRIO DE AUDITORIA N° 040/2019/PCA/CGE
SGD N° 2019 09049 000722

Consoante às disposições contidas na Instrução Normativa n° 006/2003 do Tribunal de Contas do Estado – TCE-TO, procedemos à análise da Prestação de Contas Anual **da Secretaria da Saúde do Estado do Tocantins**, nos termos do inciso XII do artigo 3° da Lei n° 2.735/2013 e do Decreto n° 5.364/2016 e suas alterações.

1. COMPOSIÇÃO DO PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

Examinando o processo de Prestação de Contas Anual do período de 1° de janeiro a 31 de dezembro de 2018 da Secretaria da Estadual de Saúde, verificou-se que o mesmo está constituído com as peças previstas no art. 9° da Instrução Normativa TCE n° 006/2003, tendo sido entregue nesta Controladoria no dia 14 de fevereiro de 2019, fora do prazo que determina o art. 3°, II do Decreto n° 5.364/2016.

2. DA ANÁLISE CONTÁBIL

2.1 Do Responsável

a) O Departamento de Contabilidade no exercício de 2018 estava sob a responsabilidade do servidor **Milton Ferreira Castro** - Contador.

b) O contador que assinou os demonstrativos contábeis apresentou a regularidade de inscrição no Conselho Regional de Contabilidade – CRC/TO n° 003404/O, conforme certidão, fls. 107.



2.2 Das Demonstrações Contábeis de Natureza Orçamentária, Financeira e Patrimonial.

As informações a seguir foram obtidas a partir dos Demonstrativos Contábeis, às fls. 538 a 637, relativos ao exercício de 2018, tendo sua confiabilidade verificada, junto ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do Tocantins. (SiafeTO).

2.2.1 Balanço Orçamentário

a) O Balanço Orçamentário é a demonstração contábil que tem a finalidade de evidenciar as receitas e as despesas previstas em confronto com as realizadas;

b) O Orçamento para o exercício de 2018, aprovado pela Lei Estadual nº 3.344, de 28 de dezembro de 2017, a qual estimou a receita e fixou as despesas do Poder Executivo, para o exercício financeiro de 2018, determinou como crédito inicial para a Secretaria da Saúde do Estado do Tocantins o valor de R\$ 1.579.633.573,00 (um bilhão, quinhentos e setenta e nove milhões, seiscentos e trinta e três mil, quinhentos e setenta e três reais), conforme demonstrado no Anexo 11 – Por Fonte, às fls. 570.

2.2.1.1 Receita Realizada

a) Houve realização da receita no valor de R\$ 319.477.569,81 (trezentos e dezenove milhões, quatrocentos e setenta e sete mil, quinhentos e sessenta e nove reais e oitenta e um centavos), referentes à remuneração de depósitos bancários, inscrição em concursos e processos seletivos, transferências de recursos do Sistema Único de Saúde- SUS, multas previstas em legislação específica, restituição de convênios, outras restituições, alienação de bens e mercadorias apreendidas, outras receitas - primárias, outras transferências de convênios da União.

b) A realização da receita, demonstrada por categoria econômica e fonte de recursos autorizada pela Lei Orçamentária Anual, indica um nível de execução com percentual médio de 60,64%, abaixo do previsto, conforme quadros a seguir:

CATEGORIA ECONÔMICA	ATUALIZADA	ARRECADADA	%
Receitas Correntes	380.290.545,00	317932.919,71	83,60
Receitas de Capital	146.525.000,00	1.544.650,10	1,05
TOTAL	526.815.545,00	319.477.569,81	60,64

FONTE: Siafe-TO Anexo 10 sem Fonte Por UG



FONTE DE RECURSOS	ATUALIZADA	ARRECADADA	%
100 – Recursos Ordinários	0,00	321,67	0,00
102 – Recursos Tesouro - Saúde	0,00	3.177.656,50	0,00
104 – Emendas Parlamentares	0,00	995,79	0,00
219 – Operações de Crédito	130.000.000,00	0,00	0,00
223 – Convênios Privados	205.000,00	7.964,51	3,89
225 – Convênios Federais	16.100.000,00	2.594.401,38	16,11
226 – Alienação de Bens	500.000,00	2.450,00	0,49
229 – Operações Financeiras	600,00	150,59	25,10
235 – Compensações Financeiras	3.000.000,00	818,78	0,03
238 – ICMS – FECOEP	6.000.000,00	0,00	0,00
240 – Recursos Próprios	480.945,00	1.392.677,53	289,57
246 – Assistência Farmacêutica	3.459.000,00	2.019.658,44	58,39
247 – Atenção Básica	570.000,00	263.122,50	46,16
248 – Gestão do SUS	4.700.000,00	635.345,38	13,52
249 – Investimento	6.600.000,00	1.862.406,76	28,22
250 – Média e Alta Complexidade	347.000.000,00	298.804.701,03	86,11
251 – Vigilância em Saúde	8.200.000,00	8.714.898,95	106,28
TOTAL	526.815.545,00	319.477.569,81	60,64

FONTE: Siafe-TO - ANEXO 10 por UG (Fonte)

2.2.1.2 Despesa Executada

A execução da despesa, demonstrada por categoria econômica e fonte de recursos, indica um nível de execução das dotações autorizadas pela Lei Orçamentária Anual, com percentual médio de 83,99%, próximo do previsto, conforme quadros a seguir:



CATEGORIA ECONÔMICA	AUTORIZADA	EXECUTADA	%
Despesas Correntes	1.556.124.512,00	1.437.730.328,05	92,39
Despesas de Capital	175.158.033,00	16.315.494,33	9,31
TOTAL	1.731.282.545,00	1.454.045.822,38	83,99

FONTE: Siafe-TO - Anexo 2

FONTE DE RECURSOS	AUTORIZADA	EXECUTADA	%
100 – Recursos Ordinários	328.220,00	300.664,50	91,60
102 – Recursos Tesouro - Saúde	1.097.767.241,00	1.097.767.142,90	99,99
104 - Emendas Parlamentares	6.636.250,00	5.170.000,00	77,91
219 - Operações de Crédito	130.000.000,00	0,00	0,00
223 - Convênios Privados	205.000,00	0,00	0,00
225 - Convênios Federais	18.090.783,00	3.836.767,30	21,21
226 - Alienação de Bens	500.000,00	0,00	0,00
229 - Operações Financeiras	600,00	0,00	0,00
235 - Compensações Financeiras	3.426.722,00	2.840.045,07	82,88
238 - ICMS - FECOEP	6.000.000,00	1.755.975,19	29,27
240 - Recursos Próprios	876.000,00	573.957,78	65,52
246 - Assistência Farmacêutica	3.459.000,00	1.480.549,60	42,80
247 - Atenção Básica	570.000,00	38.002,00	6,67
248 - Gestão do SUS	4.753.229,00	927.377,78	19,51
249 - Investimento	19.458.500,00	2.303.747,04	11,84
250 - Media Alta Complexidade	426.599.000,00	330.333.810,71	77,43
251 - Vigilância em Saúde	12.612.000,00	6.717.782,51	53,27
TOTAL	1.731.282.545,00	1.454.045.822,38	83,99

FONTE: Siafe-TO -Anexo 11 por Fonte



2.2.1.3 Das Alterações do Orçamento Inicial

a) O orçamento inicial da Secretaria da Saúde do Estado do Tocantins foi de R\$ 1.579.633.573,00 (um bilhão, quinhentos e setenta e nove milhões, seiscentos e trinta e três mil e quinhentos e setenta e três reais) e suas alterações no valor de R\$ 151.648.972,00 (cento e cinquenta e um milhões, seiscentos e quarenta e oito mil e novecentos e setenta e dois reais), perfazendo um montante autorizado de R\$ 1.731.282.545,00 (um bilhão, setecentos e trinta e um milhões, duzentos e oitenta e dois mil e quinhentos e quarenta e dois reais), conforme demonstrado no Anexo 11 – Por Fonte, às fls. 570.

b) O valor suplementado foi de R\$ 437.000,00 (quatrocentos e trinta e sete mil reais), (excluindo as exceções do parágrafo único do art. 6º da Lei nº 3.344/2017), representando assim 0,03% do Orçamento inicial fixado para o Órgão, estando de acordo com o previsto no art. 6º da mesma Lei, a qual autoriza a abertura de créditos adicionais suplementares até o limite correspondente a 12,5% em cada unidade orçamentária inicialmente fixada.

Unidade Orçamentária		Orçamento Inicial (A)	Percentual disponível para movimentação 12,5% (B)	Valor Suplementado (C)	Limite atingido (C/A) %	Saldo a suplementar (B-C)
305500	Fundo Estadual de Saúde - FES	1.579.633.573,00	197.454.196,63	437.000,00	0,03%	197.017.196,63

FONTE: Relatório de Acompanhamento do limite de 12,5% para abertura de créditos suplementares – SEFAZ/SEPLAN.

2.2.1.4 Do Déficit Orçamentário

O Balanço Orçamentário, às fls. 576 a 578, apurado a partir do comparativo entre a receita e a despesa executadas no período, apresenta déficit no valor de R\$ 1.134.568.252,57 (um bilhão, cento e trinta e quatro milhões, quinhentos e sessenta e oito mil, duzentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e sete centavos). Considerando o saldo das Transferências Recebidas (Cotas) e Transferências Financeiras Concedidas para a execução orçamentária o resultado efetivo gerou um déficit de R\$ 27.162.582,42 (vinte e sete milhões, cento e sessenta e dois mil, quinhentos e oitenta e dois reais e quarenta e dois centavos), representando 1,86% da execução da despesa total, tendo sido emitido justificativa em nota explicativa, às fls. 642 e 643, conforme quadro abaixo:

Receitas Realizadas	319.477.569,81
Despesas Executadas	1.454.045.822,38
Déficit	-1.134.568.252,57
Transferências Financeiras Recebidas para Execução Orçamentária	1.112.170.356,89
Transferências Financeiras Concedidas para Execução Orçamentária	4.764.686,74
Saldo das Transferências	1.107.405.670,15
Despesas Totais	1.458.810.509,12
Déficit	-1.134.568.252,57
Déficit Efetivo	-27.162.582,42

FONTE: Balanço Orçamentário

2.2.2 Balanço Financeiro

a) O Balanço Financeiro é uma demonstração contábil que evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios de natureza extra-orçamentária, conjugados com os saldos de caixa provenientes do exercício anterior e os que são transferidos para o início do exercício seguinte.

2.2.2.1 Ingressos e Dispêndios

A receita orçamentária no período, no valor de R\$ 319.477.569,81 (trezentos e dezenove milhões, quatrocentos e setenta e sete mil, quinhentos e sessenta e nove reais e oitenta e um centavos), somada às transferências financeiras recebidas no valor de R\$ 1.120.998.872,16 (um bilhão, cento e vinte milhões, novecentos e noventa e oito mil, oitocentos e setenta e dois reais e dezesseis centavos), os recebimentos extra orçamentários no valor de R\$ 43.982.485,05 (quarenta e três milhões, novecentos e oitenta e dois mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais e cinco centavos) e ao saldo do exercício anterior, no valor de R\$ 173.946.313,64 (cento e setenta e três milhões, novecentos e quarenta e seis mil, trezentos e treze reais e sessenta e quatro centavos), foram suficientes para cobrir as despesas orçamentárias, no valor de R\$ 1.454.045.822,38 (um bilhão, quatrocentos e cinquenta e quatro milhões, quarenta e cinco mil, oitocentos e vinte e dois reais e trinta e oito centavos), as transferências financeiras concedidas no montante de R\$ 6.581.113,60 (seis milhões, quinhentos e oitenta e um mil, cento e treze reais e sessenta centavos), os pagamentos extra orçamentários no valor de R\$ 44.523.472,39 (quarenta e quatro milhões, quinhentos e vinte e três mil, quatrocentos e setenta e dois reais e trinta e nove centavos), restando saldo de R\$ 153.254.832,29 (cento e cinquenta e três milhões, duzentos e cinquenta e quatro mil, oitocentos e trinta e dois reais e vinte e nove centavos) para o exercício seguinte, conforme se observa no Balanço Financeiro, às fls. 582 a 586.

2.2.2.1.1 Percentual de Utilização das Dotações Autorizadas

Os resultados demonstrados acima indicam um regular percentual de utilização das dotações autorizadas pela Lei Orçamentária Anual e representa um gasto, em relação à receita líquida de impostos, de 16,54% com despesas com saúde, cumprindo o percentual mínimo exigido pela Constituição Federal.

2.2.3 Balanço Patrimonial

a) O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação.

b) O Balanço Patrimonial, às fls. 590 e 591, demonstra uma situação positiva dos bens, direitos e obrigações, como se observa a seguir:

I) O Ativo Circulante é maior que o Passivo Circulante em 12,69%, indicando que o órgão possui recursos para pagar as dívidas de curto prazo;

II) O Ativo Não Circulante foi de R\$ 251.902.559,76 (duzentos e cinquenta e um milhões, novecentos e dois mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e setenta e seis centavos), composto pelos Investimentos e Imobilizado, não tendo sido constituído Passivo Não Circulante (Dívida Fundada), às fls. 591 e 604.

III) O Quadro do Superávit/Déficit Financeiro do Balanço Patrimonial, às fls. 594 demonstra um superávit financeiro de R\$ 134.646.015,16 (cento e trinta e quatro milhões, seiscentos e quarenta e seis mil, quinze reais e dezesseis centavos) obtido a partir da comparação do Ativo Financeiro no valor de R\$ 175.648.412,76 (cento e setenta e cinco milhões, seiscentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e doze reais e setenta e seis centavos), com o Passivo Financeiro no valor de R\$ 41.002.397,60 (quarenta e um milhões, dois mil, trezentos e noventa e sete reais e sessenta centavos), às fls. 592.

IV) Verifica-se que a Unidade Gestora apresenta um valor de R\$ 708.387.582,16 (setecentos e oito milhões, trezentos e oitenta e sete mil, quinhentos e oitenta e dois reais e dezesseis centavos) no Passivo Permanente, com atributo “P”. Este montante representa as despesas contabilizadas sem suporte orçamentário, sendo que apenas foi registrado pelo Tesouro um direito no valor de R\$ 503.769.389,76 (quinhentos e três milhões, setecentos e sessenta e nove mil, trezentos e oitenta e nove reais e setenta e seis centavos), referente a Outros Créditos a Receber – Cota Financeira a Receber registrado no balancete na conta 113829904, às fls. 2810 a 2842, tendo sido emitida justificativa em nota explicativa às fls. 643.

V) Os bens patrimoniais, móveis próprios e imóveis, estão registrados no imobilizado, às fls. 590 do Balanço Patrimonial, no valor total de R\$ 251.901.838,10 (duzentos e cinquenta e um milhões, novecentos e um mil, oitocentos e trinta e oito reais e dez centavos), sendo R\$ 116.648.190,63 (cento e dezesseis milhões, seiscentos e quarenta e oito mil, cento e noventa reais e sessenta e três centavos) referente aos bens móveis e R\$ 162.581.655,89 (cento e sessenta e dois milhões, quinhentos e oitenta e um mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e nove centavos) bens imóveis e a depreciação no valor de R\$ 27.328.008,42 (vinte e sete milhões, trezentos e vinte e oito mil e oito reais e quarenta e dois centavos), havendo divergência no valores dos bens móveis com o registrado no SISPAT, tendo sido emitido justificativa das diferenças apresentadas às fls. 906 a 909 e Balancete carreado às fls. 2810 a 2842.

VI) Durante o exercício, houve recebimento de bens em doação, conforme Relação dos Bens, às fls. 910 a 1004, contudo, foram verificadas inconsistências, uma vez que não constam informações sobre: a) nome do Órgão Doador; b) número e data do ato autorizatório (Lei, Decreto, Portaria, etc.); não atendendo ao inciso XXVII do art. 10 da Instrução Normativa TCE-TO nº 006/2003.

VII) Houve ainda, doação de bens, conforme verificado do SISPAT, contudo, não consta qualquer informação à respeito no processo de Prestação de Contas, não atendendo ao inciso XXVII do art. 10 da Instrução Normativa TCE-TO nº 006/2003.



VIII) A conta contábil “Estoques”, às fls. 590, apresenta saldo no valor de R\$ 114.813.227,30 (cento e quatorze milhões, oitocentos e treze mil, duzentos e vinte e sete reais e trinta centavos), que não confere com a posição física e financeira do material em estoque, às fls. 1.142, tendo sido emitida justificativa em nota explicativa às fls. 1146 a 1148.

IX. A conta “Caixa e Equivalentes de Caixa”, às fls. 590, registra saldo no valor total de R\$ 153.254.832,29, (cento e cinquenta e três milhões, duzentos e cinquenta e quatro mil, oitocentos e trinta e dois reais e vinte e nove centavos), que confere com o Balanço Financeiro, às fls. 586 e balancete às fls. 2810 a 2842.

X. O montante de “Caixa e Equivalente de Caixa” o valor é composto pelo Limite de Saque com Vinculação de Pagamento disponibilizado pelo Tesouro na referida UG, somados os saldos apresentados nas contas da conciliação bancária, conferindo com os extratos destas, conforme discriminação abaixo:

R\$ 103.298.330,10 (cento e três milhões, duzentos e noventa e oito mil, trezentos e trinta reais e dez centavos) nas contas bancárias específicas;

R\$ 48.542.163,67 (quarenta e oito milhões, quinhentos e quarenta e dois mil, cento e sessenta e três reais e sessenta e sete centavos) aplicações financeiras;

R\$ 1.050.359,92 (um milhão, cinquenta mil, trezentos e cinquenta e nove reais e noventa e dois centavos), limite de saque com vinculação de pagamento;

R\$ 363.978,60 (trezentos sessenta e três mil, novecentos e setenta e oito reais e sessenta centavos), limite de saque bloqueado.

XI. As contas do Passivo Circulante, às fls. 591, totalizam um saldo de R\$ 713.148.273,37 (setecentos e treze milhões, cento e quarenta e oito mil, duzentos e setenta e três reais e trinta e sete centavos) correspondentes a Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo, Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo e Demais Obrigações a Curto Prazo.

2.2.4 Demonstração das Variações Patrimoniais

O resultado patrimonial do período evidencia Variação Patrimonial Aumentativa de R\$ 2.088.638.829,02 (dois bilhões, oitenta e oito milhões, seiscentos e trinta e oito mil, oitocentos e vinte e nove reais e dois centavos) e Variação Patrimonial Diminutiva de R\$ 1.718.933.895,11 (um bilhão, setecentos e dezoito milhões, novecentos e trinta e três mil, oitocentos e noventa e cinco reais e onze centavos), demonstrando resultado patrimonial positivo do período, no montante de R\$ 369.704.933,91 (trezentos e sessenta e nove milhões, setecentos e quatro mil, novecentos e trinta e três reais e noventa e um centavos), conforme demonstrado, às fls. 596 a 599.

2.2.5 Demonstração de Fluxo de Caixa

a) A Demonstração dos Fluxos de Caixa demonstrou por suas origens e as aplicações de caixa, Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa no montante negativo



de R\$ 20.691.481,35 (vinte milhões, seiscentos e noventa e um mil, quatrocentos e oitenta e um reais e trinta e cinco centavos), proveniente do fluxo de caixa líquido das atividades operacionais no valor negativo de R\$ 13.129.352,58 (treze milhões, cento e vinte e nove mil, trezentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e oito centavos), das atividades de investimentos no valor negativo de R\$ 9.106.778,87 (nove milhões, cento e seis mil, setecentos e setenta e oito reais e oitenta e sete centavos) e das atividades de financiamento no valor de R\$ 1.544.650,10 (um milhão, quinhentos e quarenta e quatro mil, seiscentos e cinquenta reais e dez centavos) às fls. 632 e 633.

b) A Demonstração do Fluxo de Caixa apresentou Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa no valor negativo de R\$ 20.691.481,35 (vinte milhões, seiscentos e noventa e um mil, quatrocentos e oitenta e um reais e trinta e cinco centavos) que somada ao Caixa e Equivalente de Caixa inicial no valor de R\$ 173.946.313,64 (cento e setenta e três milhões, novecentos e quarenta e seis mil, trezentos e treze reais e sessenta e quatro centavos) resultou num saldo de Caixa e Equivalente de Caixa Final de R\$ 153.254.832,29 (cento e cinquenta e três milhões, duzentos e cinquenta e quatro mil, oitocentos e trinta e dois reais e vinte e nove centavos).

2.2.6 Restos a pagar

a) Houve inscrição de despesas em restos a pagar no exercício no valor de R\$ 31.488.221,10 (trinta e um milhões, quatrocentos e oitenta e oito mil, duzentos e vinte e um reais e dez centavos), deste montante, R\$ 3.363.722,76 (três milhões, trezentos e sessenta e três mil, setecentos e vinte e dois reais e setenta e seis centavos), refere-se a restos a pagar processados e R\$ 28.124.498,34 (vinte e oito milhões, cento e vinte e quatro mil, quatrocentos e noventa e oito reais e trinta e quatro centavos) restos a pagar não processados, havendo suficiência de caixa para atendê-las, conforme demonstrado no Balanço Financeiro, às fls. 583 e 586

b) Registra-se um montante inscrito em restos a pagar não processados de exercícios anteriores, demonstrado, às fls. 579, do qual foi liquidado R\$ 1.762.074,81 (um milhão, setecentos e sessenta e dois mil, setenta e quatro reais e oitenta e um centavos), pago R\$ 1.761.298,81 (um milhão, setecentos e sessenta e um mil, duzentos e noventa e oito reais e oitenta e um centavos), cancelado R\$ 358.714,50 (trezentos e cinquenta e oito mil, setecentos e quatorze reais e cinquenta centavos) restando ainda um saldo de R\$ 8.149.893,88 (oito milhões, cento e quarenta e nove mil, oitocentos e noventa e três reais e oitenta e oito centavos), tendo sido emitida justificativa em nota explicativa às fls. 644.

c) Do montante inscrito em restos a pagar processados e não processados liquidados de exercícios anteriores, demonstrado, às fls. 580, foi pago R\$ 15.689.955,38 (quinze milhões, seiscentos e oitenta e nove mil, novecentos e cinquenta e cinco reais e trinta e oito centavos), cancelado R\$ 1.530.428,01 (um milhão, quinhentos e trinta mil, quatrocentos e vinte e oito reais e um centavo) restando um saldo de R\$ 897.664,49 (oitocentos e noventa e



sete mil, seiscentos e sessenta e quatro reais e quarenta e nove centavos), tendo sido emitida justificativa em nota explicativa às fls. 644.

3. CUMPRIMENTO DAS METAS PREVISTAS NO PLANO PLURIANUAL E NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

a) O Relatório de Gestão, às fls. 108 a 488, consoante disposições do art. 9º, inciso III da Instrução Normativa TCE-TO nº 006/2003, demonstra que as atribuições para a Secretaria de Estado da Saúde, foram desenvolvidas com vistas a contribuir para o alcance das metas e dos indicadores estabelecidos na Lei Estadual n.º 3.343/2017, bem como nas ações orçamentárias contidas na Lei Estadual n.º 3.344/2017.

b) Houve acompanhamento e recomendações da execução do PPA e do orçamento, no primeiro e segundo quadrimestre do exercício em análise, pela Controladoria Geral do Estado, por meio de sistema próprio, para fins de verificação do cumprimento das metas e objetivos previstos no Plano Plurianual e ações orçamentárias, conforme demonstrados a seguir:

3.1 Objetivos e Metas Estabelecidos no PPA

a) No relatório de gestão está demonstrado que as atribuições da Secretaria da Saúde foram desenvolvidas com vistas a contribuir para o alcance dos 08 (oito) objetivos, definidos no Programa Temático: 1165 – Integra Saúde, às fls. 125 a 135.

b) Para os objetivos do Órgão foram estabelecidas 80 (oitenta) metas físicas regionalizadas, cuja análise, indica uma execução média de 79,29% sendo que 10 (dez) das metas físicas regionalizadas planejadas, não foram executadas, conforme análise e justificativas às fls. 159 a 260.

c) Em relação as metas não regionalizadas, das 7 (sete) planejadas, nenhuma foi executada no exercício de 2018, tendo sido as justificativas apresentados pelos responsáveis, às fls. 261 a 267.

3.2 Indicadores

A avaliação do grau de efetividade do alcance dos objetivos definidos no PPA foi realizada por meio da aferição de 12 (doze) indicadores, sendo 09 (nove) considerados com o índice apurado satisfatório, 02 (dois) não satisfatórios e 01(um) não foi demonstrado na análise como foi realizado o cálculo para se chegar ao índice desejado, conforme análises e justificativas nos demonstrativos, às fls. 136 a 158, permitindo observar a necessidade de aprimoramento dos mesmos para o próximo ciclo de gestão estratégica, haja vista a impossibilidade de mensuração do cumprimento do objetivo do órgão.

3.3 Ações temáticas

a) Conforme informações extraídas do Plano Plurianual - PPA, Lei Orçamentária Anual - LOA e Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do



Tocantins (SiafeTO), conforme detalhadas no quadro abaixo, durante o exercício de 2018, as 30 (trinta) ações temáticas, às fls. 268 a 359, vinculadas ao Programa Temático 1165- Integra Saúde, representaram um orçamento autorizado de R\$ 752.464.460,00 (setecentos cinquenta dois milhões, quatrocentos sessenta quatro mil e quatrocentos sessenta reais).

Ações Temáticas por Programa

Meta Financeira							Metas Físicas				
Ação	Orç. Inicial	Alteração	Autorizado	Empenhado	Liquidado	% E/A	% L/A	Produto	Prevista	Realizado	Execução
Programa - 1165 - Integra Saúde											
4176	7.696.175,00	3.949.141,00	11.645.316,00	11.432.990,50	11.432.990,50	98,17%	98,17%	Acesso regulado	703.600	819.477	116,46%
4175	14.400.000,00	-69.120,00	14.330.880,00	13.930.878,72	13.930.878,72	97,20%	97,20%	Percentual do incentivo viabilizado	100	40	40,00%
4116	133.551.802,00	-37.761.489,00	95.790.313,00	73.871.344,07	73.814.659,08	77,11%	77,05%	Procedimento contratualizado	1.000.000	738.529	73,85%
4030	2.913.855,00	1.797.071,00	4.710.926,00	2.992.369,35	2.992.369,35	63,51%	63,51%	Procedimento descentralizado	1.500.000	2.041.387	136,09%
4029	12.647.191,00	-2.834.435,00	9.812.756,00	5.090.660,54	4.398.605,54	51,87%	44,82%	Ponto de atenção coordenado	70	65	92,85%
3055	108.711.103,00	-4.618.093,00	104.093.010,00	6.702.893,35	1.532.893,35	6,43%	1,47%	Obra do ponto de atenção concluída	15	9	60,00%
3006	41.265.326,00	-15.259.310,00	26.006.016,00	8.285.244,66	7.637.210,95	31,85%	29,36%	Equipamento adquirido	2.882	1.292	44,83%
3086	50.000.000,00	0,00	50.000.000,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	Obra hospitalar concluída	1	0	0,00%
4156	882.297,00	800.455,00	1.682.752,00	139.096,39	137.996,39	8,26%	8,20%	Qualificação realizada.	70	31	44,28%
3004	1.274.000,00	-1.000.000,00	274.000,00	66.930,00	66.930,00	24,42%	24,42%	Equipamento adquirido	64	53	82,81%
3015	353.833,00	-13.158,00	340.675,00	26.373,49	19.679,34	7,74%	5,77%	Cooperação Técnica realizada	63	67	106,34%
4065	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	Auditoria realizada	15	8	53,33%
4134	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	Atendimento realizado	70	88	125,71%
4139	700.000,00	-529.226,00	170.774,00	128.771,93	128.771,93	75,40%	75,40%	Deliberação realizada	12	18	150,00%
3025	3.544.000,00	-277.459,00	3.266.541,00	1.489.643,81	127.063,03	45,60%	3,88%	Proporção de Macro Ações de Fortalecimento	100	46	46,00%
4028	1.140.000,00	-832.000,00	308.000,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	Cooperação Técnica Estabelecida	10	0	0,00%
4078	866.000,00	62.000,00	928.000,00	551.376,17	551.376,17	59,41%	59,41%	Ação de Gerenciamento do Risco Executado	550	632	114,90%
4125	2.467.000,00	910.360,00	3.377.360,00	1.972.320,15	1.901.955,09	58,39%	56,31%	Análise laboratorial realizada	117.100	109.751	93,72%
4093	4.985.600,00	3.338.000,00	8.323.600,00	4.204.018,82	3.974.435,40	50,50%	47,74%	Integração e Qualificação realizada	600	1.186	197,66%
4092	122.000,00	0,00	122.000,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	Servidor atendido em políticas de gestão	14.000	32.678	233,41%
4307	4.308.000,00	10.659,00	4.318.659,00	1.349.219,40	1.250.156,40	31,24%	28,94%	Vaga ofertada	1.500	789	52,60%
4314	4.000.000,00	-1.575.885,00	2.424.115,00	2.424.114,58	2.424.114,58	99,99%	99,99%	Usuário atendido	700	537	76,71%
4315	22.000.000,00	-20.553.212,00	1.446.788,00	1.446.785,83	1.446.785,83	99,99%	99,99%	Usuário atendido	100	54	54,00%
4061	2.500.000,00	-684.089,00	1.815.911,00	1.815.910,80	1.815.910,80	99,99%	99,99%	Usuário atendido	600	4	0,66%
4174	19.659.000,00	-9.401.853,00	10.257.147,00	7.178.693,34	7.089.376,34	69,98%	69,11%	Componente viabilizado	100	53	53,00%
4316	4.000.000,00	-4.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	Item de Insumo adquirido	150	0	0,00%
4113	217.235.655,00	127.211.182,00	344.446.837,00	292.026.702,49	275.573.506,99	84,78%	80,00%	Procedimento de assistência realizado	3.500.000	3.545.772	101,30%
4153	26.704.959,00	10.970.000,00	37.674.959,00	33.472.281,02	30.983.613,07	88,84%	82,23%	Leito qualificado	34	34	100,00%
3084	1.912.674,00	171.064,00	2.083.738,00	596.979,53	226.629,92	28,64%	10,87%	Proporção de atividades de fortalecimento	50	46	92,00%
4127	16.609.240,00	-3.995.853,00	12.613.387,00	6.695.446,44	6.308.638,27	53,08%	50,01%	Hemocomponente produzido	60.000	59.646	99,41%
Total	706.649.710,00	45.814.750,00	752.464.460,00	477.891.045,38	449.766.547,04	63,51%	59,77%				

FONTE: Sistema de Acompanhamento da Execução Orçamentária e do PPA



b) Depreende-se da análise que a Secretaria de Estado da Saúde apresentou, de forma geral, um regular desempenho orçamentário e financeiro, tendo empenhado apenas 63,51% dos recursos autorizados.

c) Quanto às ações 4030, 3015, 4078, 4093 observou-se desempenho financeiro de 63,51%, 7,74%, 59,41%, 50,50%, respectivamente, entretanto as ações alcançaram mais de 100% de execução da meta física planejada. Destarte, os esclarecimentos apresentados pelos responsáveis das ações, foram insuficientes, considerando que na elaboração da ação temática para cada unidade da meta física da ação é necessário mensurar a estimativa de custo (recurso orçamentário) necessário para sua execução, totalizando assim o valor autorizado do orçamento para a referida ação, às fls. 277, 294, 311, 315.

d) Constatou-se que as ações 3086 e 4028, referentes à emendas parlamentares, não tiveram execução física e nem financeira da meta planejada, tendo sido apresentada as justificativas pelo responsável da ação, às fls. 289 e 308.

e) Com relação à ação 4156, houve baixo desempenho financeiro de 8,26% e a execução da meta física foi de 44,28%, sendo apresentado justificativa no demonstrativo, às fls. 290.

f) Constata-se que as ações 3055, 3004, 3084, embora tenham alcançado um bom desempenho da meta física planejada, de 60,00%, 82,81%, 92,00%, respectivamente, tiveram baixa execução financeira de 6,42%, 24,42%, 28,64%, tendo sido os esclarecimentos apresentados pelos responsáveis pela ação, considerados insuficientes, conforme análise e justificativa nos demonstrativos, às fls. 282, 293 e 354.

g) A ação 4065, às fls. 298, não teve execução financeira, porém, alcançou 53,33% de execução da meta física planejada. Destarte, os esclarecimentos apresentados pelo responsável da ação, foram insuficientes, considerando que na elaboração da ação temática para cada unidade da meta física da ação é necessário mensurar a estimativa de custo (recurso orçamentário) necessário para sua execução, totalizando assim o valor autorizado do orçamento para a referida ação.

h) As ações 4134, 4092 não teve desempenho financeiro, entretanto, as ações alcançaram mais de 100% da meta física planejada, sendo as justificativas apresentadas insuficientes, conforme demonstrativos, às fls. 301, 317.

i) No que tange à ação 4061, observou-se execução financeira de 99,99%, para uma baixa execução de 0,66% da meta física planejada. Destarte, o esclarecimento apresentado pelo responsável da ação, foi considerado insuficiente, considerando que na elaboração da ação temática para cada unidade da meta física da ação é necessário mensurar a estimativa de custo (recurso orçamentário) necessário para sua execução, totalizando assim o valor autorizado do orçamento para a referida ação, às fls. 324.

j) A ação 4316 houve redução de todo seu orçamento inicial, prejudicando o cumprimento da meta física inicial planejada, sendo às justificativas apresentadas pelos responsáveis das ações consideradas insuficientes, às fls. 330.

3.4 Ações de gestão

A execução das ações de gestão no Programa 1100 - Manutenção e Gestão do Poder Executivo, com um total de 08 (oito) ações de gestão, sendo 07 (sete) de Gestão Física, 01 (uma) de Gestão Financeira, com autorização orçamentária de R\$ 978.818.084,96 (novecentos setenta oito milhões, oitocentos dezoito mil, oitenta quatro reais, noventa e seis centavos) demonstrando que alcançaram um percentual 99,78% de execução, conforme quadro abaixo e análises e justificativas nos demonstrativos, às fls. 360 a 368.

Ações Temáticas por Programa

Meta Financeira							Metas Físicas				
Ação	Orç. Inicial	Alteração	Autorizado	Empenhado	Liquidado	% E/A	% L/A	Produto	Prevista	Realizado	Execução
Programa - 1100 - Manutenção e Gestão do Poder Executivo											
4146	32.000.000,00	-18.238.100,00	13.761.900,00	13.761.895,52	13.761.895,52	99,99 %	99,99 %	Pessoa remunerada	330	543	164,54 %
4147	53.000.000,00	-1.087.054,00	51.912.946,00	51.912.942,58	51.912.942,58	99,99 %	99,99 %	Pessoa remunerada	896	841	93,86 %
4148	4.200.000,00	-2.088.282,00	2.111.718,00	2.111.714,48	2.111.714,48	99,99 %	99,99 %	Pessoa remunerada	80	65	81,25 %
4149	31.000.000,00	-12.894.843,00	18.105.157,00	18.105.153,74	18.105.153,74	99,99 %	99,99 %	Pessoa remunerada	501	710	141,71 %
4150	5.700.000,00	-4.225.386,00	1.474.614,00	1.474.611,29	1.474.611,29	99,99 %	99,99 %	Pessoa remunerada	57	60	105,26 %
4151	36.200.000,00	-13.261.582,00	22.938.418,00	22.938.415,56	22.938.415,56	99,99 %	99,99 %	Pessoa remunerada	479	485	101,25 %
4152	695.864.363,00	158.085.826,96	853.950.189,96	851.850.185,85	851.850.185,85	99,75 %	99,75 %	Pessoa remunerada	11.571	10.899	94,19 %
Total	857.964.363,00	106.290.579,96	964.254.942,96	962.154.919,02	962.154.919,02	99,78 %	99,78 %				

FONTE: Sistema de Acompanhamento da Execução Orçamentária e do PPA

Ações de Gestão Financeira por Programa

Ação		Meta Financeira						
Código	Descrição	Orç. Inicial	Alteração	Autorizado	Empenhado	Liquidado	% E/A	% L/A
Programa - 1100 - Manutenção e Gestão do Poder Executivo								
4200	Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	15.019.500,00	-456.358,00	14.563.142,00	13.999.857,99	13.999.857,99	96,13 %	96,13 %
Total Geral		15.019.500,00	-456.358,00	14.563.142,00	13.999.857,99	13.999.857,99	96,13 %	96,13 %

FONTE: Sistema de Acompanhamento da Execução Orçamentária e do PPA



4. TRANSFERÊNCIAS E RECEBIMENTOS DE RECURSOS POR FONTE MEDIANTE CONVÊNIOS, ACORDOS, AJUSTES, TERMOS DE PARCERIAS OU OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES.

c) No que concerne a Secretaria de Saúde, houve recebimento de transferências de capital de convênios da União na ordem de R\$ 364.640,10 (trezentos e sessenta e quatro mil, seiscentos e quarenta reais e dez centavos), conforme demonstrado no Anexo 10, às fls. 550.

d) Houve transferências a municípios na ordem de R\$ 19.907.228,31 (dezenove milhões, novecentos e sete mil, duzentos e vinte e oito reais e trinta e um centavos), assim como a instituições privadas sem fins lucrativos no valor de R\$ 1.680.000,00 (um milhão, seiscentos e oitenta mil reais), conforme demonstrado Anexo 2, às fls. 541.

e) Ademais, houve pagamento a municípios inscritos em Restos a Pagar Processados e Não Processados por Natureza de Despesa Paga, conforme consulta SiafeTO, na ordem de R\$ 10.302.215,57 (dez milhões, trezentos e dois mil, duzentos e quinze reais e cinquenta e sete centavos).

5. REGULARIDADE DOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS, DOS ATOS RELATIVOS À DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, BEM COMO DOS CONTRATOS.

a) Os aspectos relativos à legalidade e regularidade dos atos e procedimentos adotados na aplicação dos recursos públicos referentes à Secretaria de Estado da Saúde, foram parcialmente acompanhados e fiscalizados pela Controladoria Geral do Estado.

b) Com base na Instrução Normativa CGE nº 01/2017, que dispõe e disciplina a obrigatoriedade do envio de processos para análise e emissão de opinativo pela Controladoria-Geral do Estado, foram analisados da Secretaria de Estado da Saúde, 31 (trinta e um) processos, sendo 07 (sete) concernentes à adesão em ata de registro de preços, 11 (onze) de dispensa de licitação, 12 (doze) de inexigibilidade de licitação e 01 (um) de emenda parlamentar, tendo sido recomendada a adoção de medidas corretivas para melhor instrução processual e adequação às normas.

c) Com base no art. 3º, inciso VII, da Lei Nº 2.735, de 4 de julho de 2013, o qual versa sobre a legalidade dos atos e fatos concernentes à utilização de recursos públicos, recomendando as providências de saneamento necessárias, foi recepcionado o processo nº 2016/30550/005216 de licitação da Secretaria de Estado da Saúde (modalidade pregão, na forma eletrônica), o qual foi realizado análise com o objetivo de verificar a regularidade da licitação que versa sobre contratação de empresa prestadora de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos de serviços de saúde, tendo sido apontadas situações de não conformidades. Ressalta-se que foi dado conhecimento dos fatos ao Tribunal



de Contas do Estado, nos termos do art. 74, inciso IV, § 1º da Constituição Federal, através do Ofício CGE nº 64/2019/GABSEC conforme protocolo de recebimento nº 00713/2019-TCE/TO.

d) Foi realizado análise e emitido relatório no processo nº 2016/30550/009843, com o objetivo de verificar a regularidade da licitação, que versa sobre contratação de empresa especializada na prestação de serviços de UTI Móvel Terrestre, ambulância de suporte avançado, tipo “D” (UTI móvel terrestre: adulto, infantil e Neonatal), destinados a atender as ações de saúde da população, através da Secretaria de Estado da Saúde, onde foi encaminhado o Relatório à SES/TO, por meio do OFÍCIO/CGE/Nº 217/2019/GABSEC, com prazo vigente para manifestação do órgão, para posterior encaminhamento ao TCE.

6. FISCALIZAÇÕES E INSPEÇÕES REALIZADAS

Durante o exercício de 2018 foram realizadas inspeções e fiscalizações na Secretaria de Estado da Saúde, conforme descrito a seguir:

a) Com a aplicação da técnica de fiscalização, houve 03 (três) ações de avaliação de procedimentos inerentes às atividades ligadas à unidade gestora, tendo sido recomendada a adoção de medidas corretivas para melhor instrução processual e adequação às normas, conforme tabela abaixo:

TIPO	ÓRGÃO	OBJETO	ENCAMINHAMENTO
Fiscalização	Secretaria de Estado da Saúde	Realizar trabalho de auxílio e apoio técnico presencial e análise de processos administrativos inerentes às despesas em curso naquela Pasta.	Encaminhado ao TCE por meio do Ofício nº 109/2019-GABSEC (SGD nº 2019/09049/000410). Protocolo de recebimento no TCE nº 01934/2019.
Fiscalização	Secretaria de Estado da Saúde	Realizar levantamento dos pagamentos realizados pela SES-TO à pessoa Jurídica Litucera Limpeza e Engenharia Ltda.	Encaminhado ao TCE por meio de Ofício nº 277/2018 GABSEC (SGD nº 2018/09049/001513) e ao MPE por meio de Ofício nº 276/2018 GABSEC (SGD nº 2018/09049/001512). Protocolo de recebimento no TCE – nº 04128/2018.
Fiscalização	Secretaria de Estado da Saúde	Avaliar a possível incompatibilidade de horários do fisioterapeuta Raphael Campos dos Santos, através de Relatório – SGD Nº 2018/09049/5357.	Encaminhado ao Ministério Público Estadual por meio do Ofício nº 963/2018 GABSEC (SGD nº: 2018/09049/005753).

b) Durante o exercício de 2018 foram realizadas 03 (três) inspeções na SESAU, tendo sido encaminhado a essa Corte de Contas a integra dos processos de inspeção, conforme protocolos abaixo relacionados:





TIPO	ÓRGÃO	OBJETO	ENCAMINHAMENTO
Inspeção	Secretaria de Estado da Saúde	Verificar a regular aplicação dos recursos de Adiantamento/Suprimentos de Fundos, bem como análise de prestações de contas.	Encaminhado ao TCE por meio do Ofício nº 109/2019-GABSEC (SGD nº 2019/09049/000410). Protocolo de recebimento no TCE nº 01934/2019.
Inspeção	Secretaria de Estado da Saúde	Averiguar Eventual Sobrepreço nos Serviços Prestados pela empresa INTENSICARE.	Encaminhado ao TCE por meio do Ofício nº 721/2018 (SGD nº 2018/09049/004027) e ao Ministério Público Estadual por meio do Ofício nº 701/2018 GABSEC (SGD nº 2018/09049/003947). Protocolo de recebimento no TCE – nº 08076/2018.
Inspeção	Secretaria de Estado da Saúde	Averiguar eventuais fatos ocorridos no almoxarifado do Hospital Dona Regina.	Encaminhado ao TCE por meio do Ofício nº 110/2019 GABSEC (SGD nº 2019/09049/000414) e ao Ministério Público Estadual por meio do Ofício nº 1029/2018 GABSEC (SGD nº: 2018/09049/006039). Protocolo de recebimento no TCE – nº 01715/2019.

7. CUMPRIMENTO, PELO ÓRGÃO, DAS DETERMINAÇÕES EXPEDIDAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS NO EXERCÍCIO EM REFERÊNCIA.

Ressalta-se, por oportuno que o Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, realizou auditoria nos processos nº 4406/2018 e 10772/2018, na Secretaria de Estado da Saúde, no exercício em análise, conforme informado no documento às fls. 2.808.

8. POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS

Com referência à força de trabalho, foi informado, como demonstrado às fls. 2.670 a 2.677, um quantitativo de 13.610 (treze mil seiscentos e dez) servidores, sendo 7.882 (sete mil oitocentos e oitenta e dois) servidores efetivos, 210 (duzentos e dez) comissionados, 110 (cento e dez) efetivos comissionados, 426 (quatrocentos e vinte e seis) efetivos com função comissionada, 1 (um) celetista, 3 (três) requisitados comissionados, 1 requisitado com função comissionada, 579 (quinhentos e setenta e nove) desligados e 4.388 (quatro mil trezentos e oitenta e oito) contratos temporários.





9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com essas considerações, tendo em vista que não foram evidenciados atos e fatos da Gestão em apreço que pudessem comprometer ou causar prejuízo ao erário Estadual, concluímos pela **REGULARIDADE** das contas apresentadas pelos responsáveis **Marcos Esner Musafir, Renato Jayme da Silva e outros** relacionados neste processo, às fls. 07 a 12, **COM RESSALVAS** aos itens, 2.2.1.1 alínea “b”, 2.2.1.4, 2.2.3 alínea “b - IV, V, VI, VII, VIII”, 2.2.6 alíneas “b, c”, 3.1 alíneas “b, c”, 3.2 e 3.3 alíneas “b, c, d, e, f, g, h, i, j” deste relatório.

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO E DE AÇÕES DE CONTROLE INTERNO, em Palmas, aos 14 dias do mês de março de 2019.

Assinado eletronicamente

Raimunda Nonata Diogo Araújo
Analista/PPA

Assinado eletronicamente

Cristiane Dalastra
Analista/Contador

Assinado eletronicamente

Rosário Luiz da Silva
Analista/Administrador

Assinado eletronicamente

Augusto de Souza Pinheiro Júnior
Diretor de Auditoria e Fiscalização

Assinado eletronicamente

Kilvania Rodrigues de Melo Miranda
Diretora de Controle da Gestão
Governamental e Prevenção à Corrupção

I – De acordo;

II – Encaminhe-se o presente Relatório ao Secretário-Chefe, para fins de análise e emissão de parecer de auditoria.

Em 14/03/2019.

Assinado eletronicamente

Benedito Martiniano da Costa Neto
Superintendente

